

Posições antagônicas na Bahia

por Ana Rúbia de Mello
de Salvador

A descentralização da rede básica de saúde pública em Salvador não deverá ser facilmente resolvida. Isso é o que demonstram as posições contrárias dos secretários de Saúde do Estado, Otto Alencar e do Município, Eduardo Luiz Andrade Mota. Enquanto o primeiro avisa que a cidade deve comprovar que tem condições estruturais para assumir os serviços, incluindo aí pessoal disponível, o segundo ressalta que os postos e centros de saúde devem ser municipalizados contando com os recursos e pessoal originais. E a discussão está apenas em nível de postos e centros de saúde. Ainda não se detalha a descentralização dos hospitais. Em Salvador, a rede, composta de dezesseis unidades, pertence totalmente ao estado.

O Sistema Unificado de Saúde (SUS) entra em sua fase de definição agora, com a formação de comissões bipartites. O secretário de Saúde de Salvador fará parte do grupo e, no seu entender, "a lei do SUS pressupõe que o estado tenha papel de definidor de políticas, organizador, assessor e de suporte, cabendo a administração das ações básicas aos municípios". Aí, ele defende que os pontos estratégicos, como hemocentros e hospitais regionais, devem manter-se nas esferas federal e estadual.

Administrando um total de catorze dos 106 postos e centros de saúde de

Salvador, Mota reconhece que a prefeitura enfrenta dificuldades com a falta de equipamentos e recurso humanos. No entanto, defende a municipalização dos serviços, "que deve passar com seus respectivos recursos", enfatiza, apoiado no fato de a gestão municipal estar mais próxima da população, sendo mais sensível aos seus problemas e menos vulnerável à corrupção e malversação de verbas.

O mesmo não pensa Otto Alencar. Segundo o Secretário Estadual de Saúde, Salvador pode ser alinhada com os municípios onde a municipalização dos serviços será negativa. "Em alguns casos a municipalização pode melhorar a qualidade de serviço e em outros não, por falta de condições de administração, como é o caso de Salvador, que não tem pessoal". Na sua opinião, antes de candidatar-se a administrador, o município deve qualificar-se, ou seja, montar uma estrutura organizacional própria, que permita, por exemplo, manter o atendimento mesmo diante de atraso de verbas federais, como ocorre no momento.

Na opinião de Alencar, no caso de descentralização é preciso avaliar se os funcionários do estado serão mantidos. "Aí está um problema, será que o estado vai querer pagar quatro mil funcionários, ceder as unidades equipadas, para os municípios administrarem?". Por isso, observa, a municipalização não deve ocorrer de forma apressada, ao menos na Bahia.